

Ética Ubuntu como Alicerce para as Motivações das Educadoras que Implementaram a Lei 10.639/03 em Sala de Aula

Ubuntu Ethics as a Foundation for the Motivations of Educators who Implemented Law 10.639/03 in the Classroom

Maria Aparecida de Souza Ramos

Doutoranda em Educação - Universidade São Francisco, USF, Brasil
Professora do Instituto Federal Catarinense, IFC, Brasil
ciramosouza@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0009-9668-7671>

Resumo: A abordagem deste artigo consiste em refletir e compreender a Ética Ubuntu observada a partir da práxis das educadoras que fizeram valer a Lei nº 10.639/03 em sala de aula. O objetivo é

apresentar as motivações que levaram as professoras a desenvolverem atividades educativas com a temática da História e Cultura Africana e Afro-brasileira, evidenciando a Ética Ubuntu em suas práticas pedagógicas antirracistas de modo a analisar de que forma a dimensão axiológica da Filosofia Ubuntu se manifesta no cotidiano escolar das docentes. A revisão bibliográfica e a produção das entrevistas, semiestruturadas, com as professoras do ensino público que conseguiram implementar a referida lei para produção e análises dos dados caracterizou a metodologia. As motivações expressas nas entrevistas são de forma implícita vivenciadas relacionadas com a Ética Ubuntu.

Palavras-chaves: Lei 10.639/03; Práxis docente antirracista; Ética Ubuntu

Abstract: The approach of this article consists of reflecting and understanding the Ubuntu Ethics observed from the praxis of the educators who enforced Law No. 10,639/03 in the classroom. The objective is to present the motivations that led teachers to develop educational activities with the theme of African and Afro-Brazilian History and Culture, highlighting the Ubuntu Ethics in their anti-racist pedagogical practices in order to analyze how the axiological dimension of the Ubuntu Philosophy is manifests itself in the daily school life of teachers. The bibliographical review and the production of semi-structured interviews with public school teachers who managed to implement the aforementioned law for data production and analysis characterized the methodology. The motivations expressed in the interviews are implicitly experienced in relation to Ubuntu Ethics.

Keywords: Law 10.639/03; Anti-racist teaching praxis; Ubuntu Ethics

1 - Contextualização

Há vinte anos foi promulgada a Lei nº 10.639/03¹, a partir dos movimentos sociais de ativistas negros(as), que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira para as disciplinas que integram todos os currículos das séries iniciais ao pós-doutorado, tanto no ensino público como no particular em todo território brasileiro. Urge fazer uma reflexão sobre os caminhos que foram construídos e percorridos até o presente momento, as vivências das práticas que foram pensadas para a sala de aula nesses anos de vigência da lei em questão. Temos vários ângulos para observar essa trajetória como, por exemplo: a escolha, ou não, pelas professoras à implementação da lei, quer seja por obrigação, ignorância, por comodismo, negligência ou mesmo por serem racistas. Nessa investigação, porém, a escolha foi olhar para o que deu certo e que deve servir de exemplo - trabalhar com educadoras que abraçaram os desafios, buscaram estratégias, estudaram, pesquisaram e, portanto, possibilitaram implementar o ensino da “História e Cultura Africana e Afro-brasileira” nas suas respectivas turmas; refletir e compreender os reais motivos que levaram as docentes a ter essa experiência ética, pedagógica e antirracista, percebendo nesse movimento de compromisso com o social a prática Ubuntu nas suas práticas.

Garantir a Lei 10.639/03 com um olhar humanizante e humanizador é um ganho para toda a sociedade, para a educação brasileira. Segundo a intelectual e professora negra Barbará Carine S. Pinheiro (2023), na sua obra *Como ser um educador antirracista*, nos alerta que “(...) professoras e professores são esses “doadores de memórias” com o papel de transmitir socialmente às novas gerações um legado cultural sistemático que tanto nos impulsiona no

¹ Art. 1o A Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B: "Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1o O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2o Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3o (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

sentido do desenvolvimento humano.” Os impactos positivos e inovadores das práticas educativas antirracistas em sala de aula podem repercutir na vida pessoal e profissional dos(das) estudantes e, por conseguinte, na sociedade em geral para uma real democracia racial.

Defendemos uma conexão e possibilidades de implementação da Ética Ubuntu na práxis dessas professoras, cujas atitudes pedagógicas antirracistas constituem também práticas de resistência - motivadoras da discussão acerca da importância e do respeito para com a população negra e a responsabilidade de pessoas brancas para a erradicação do racismo na sociedade brasileira.

A vida profissional dessas educadoras não se encerra nas quatro paredes da sala de aula, elas vão além, ultrapassam esses espaços materiais e simbólicos e têm uma grande repercussão social, política e cultural na vida desses estudantes, que começam a entender o processo histórico dos afrodescendentes, como formadores e produtores de riqueza econômica e identitária do Brasil (RAMOS, 2023).

O sistema educacional brasileiro, por vários séculos, silenciou as africanidades, os conhecimentos e as evoluções dos(as) afrodescendentes, africanos e afropindorâmicos (união de brasileiros afro e indígenas da América latina e do mundo) na educação brasileira, e esse silenciamento fez com que perdurasse uma ausência de saberes sobre essas culturas. O antropólogo Kabengele Munanga (2005) lembra que sair da ignorância em relação aos conhecimentos africanos não enriquece só o povo negro, mas todos os povos que vivem no Brasil:

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois, ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. Além disso, essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais nas quais se desenvolvem, contribuíram, cada um a seu modo, na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional (MUNANGA, 2005: 16).

Registrar, trazer a público a memória coletiva do povo negro é um fortalecimento para a educação brasileira, porque os saberes e aprendizados de uma nação fortificam a cultura de um país, lembrando que só podemos valorizar o “conhecido” a partir de uma história contada eticamente. Isso só é possível quando conseguimos enxergar os vários ângulos que constituem a cultura e identidade de cada povo que, no caso, constituíram, no campo das diferenças

axiológicas (alteridade), a nação brasileira. A vida quotidiana nos obriga à “Práxis Ubuntu todos os dias”.

No que diz respeito à ideia de alteridades possíveis, a escritora Chimamanda Ngozi Adichie nos alerta para os perigos “da história única”. A autora ressalta que “é impossível falar sobre a história única sem falar de poder.” (ADICHIE, 2019: 22). No nosso entendimento, um desses poderes perpassa pelo sistema educacional, que foi estabelecido por uma história a partir de um único ângulo, que é uma história contada a partir do colonizador ou, em outras palavras, a partir de uma visão europeia que chamamos de eurocentrismo. Essa lógica colonialista, colonizante, monocultural tende a apagar outras culturas e histórias. Não podemos mais alimentar tantas invisibilidades e silenciamentos de saberes que nos constituem como brasileiras/os, como das culturas afro e indígenas. A escola precisa rever seus currículos e processos formativos que muitas vezes é recheado de preconceitos e estigmas que foram ensinados no decorrer desses vários séculos em solo brasileiro. Ademais, “a arte de calar-se constitui-se no objeto de muitas obras e suscitou numerosos aforismos desde o fim do século XVI.” (CORBIN, 2021: 155).

A função da Lei nº 10.639/03 foi determinada para desmistificar e desconstruir o como e o porquê da memória dos povos africanos foi contada através do processo de silenciamento. Com esse raciocínio, busca-se saber o que levou à estruturação de um ensino excludente da História e Cultura Africana e Afro-brasileira e promoveu o engajamento dos professores em uma perspectiva de ensino durante séculos. Recorrendo a Paulo Freire (1996), ele entende que as práticas de educadores e educadoras não podem “escapar à rigorosidade ética”. E que a natureza da prática educativa é especificamente humana, e esta defesa é universal do ser humano.

A importância da ética no ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira não poderia ser respaldada pela moralidade do sistema educacional brasileiro vigente, pois se tornaria um círculo vicioso, ficaria onde está, replicando o que foi ensinado por vários séculos com o mesmo olhar monocultural. Para revolucionar a educação brasileira, o ensino/aprendizagem precisa se fundamentar na ética, como afirma Paulo Freire.

Mulheres e homens, seres históricos-sociais, nos tornamos capazes de comparar, de valorar, de intervir, de escolher, de decidir, de romper, por isso tudo, nós fizemos seres éticos. Só somos porque estamos sendo. Estar sendo é a condição, entre nós, para ser. Não é possível pensar os seres humanos longe, sequer, da ética, quanto mais fora dela. Estar

longe, ou pior, fora da ética, entre nós, mulheres e homens, é uma transgressão.
(FREIRE, 1996: 33)

Nesse sentido, como educadores(as) brasileiros(as), seres humanos que somos, estar fora da ética e perpetuar as histórias de apagamentos constitui uma transgressão moral e profissional. E é sabido que as instituições de ensino, por vários séculos, transgrediram a ética ao querer apagar as africanidades que deveriam estar inseridas nos conteúdos curriculares e disponibilizadas, de forma geral, para o conhecimento da população brasileira. Romper com a ignorância, no sentido mesmo de ignorar o outro, é um ato ético como já mencionado. Na busca pelo reconhecimento das culturas que estão à margem da cultura hegemônica, o movimento negro interveio para humanizar o sistema educacional brasileiro e, dentre suas ações, reivindicou, através da Carta Magna da Nação, a implementação da Lei nº 10.639/03.

A seguir faremos a distinção entre Ética e Moral enfatizando o motivo pelo qual optamos pela Ética Ubuntu.

Pensar a Ética Ubuntu nas vivências da educação brasileira é querer humanizar o sistema educacional, porque, conforme dissemos antes, respeitar e reconhecer a história do outro é ser ético. E ser humano é respeitar, caminhar lado a lado. O ser verdadeiramente humano não esquece e nem silencia a história, a cultura do outro. Com a implementação da Lei nº 10639/03, esse respeito e reconhecimento se realiza a partir das vivências e experiências das educadoras que, nas suas aulas, constroem a autoestima de estudantes negros(as), levando-os a se reconhecerem como Ser Humano, isto é, percebendo sua essência de Ser.

2. Filosofia Ubuntu como fonte da Ética Ubuntu

No campo da educação, particularmente no que diz respeito à pedagogia e às didáticas, a Filosofia Ubuntu teve como bases gêneses teóricas nas leituras e literaturas acerca das noções da ética comunitária; conceitos como solidariedade, democracia, responsabilidade, justiça, entre outros foram determinantes no que podemos denominar como primeiro paradigma epistêmico da Filosofia Ubuntu, isto é, Filosofia Ubuntu tradicional.

Apesar da popularidade das temáticas sobre a Filosofia Ubuntu, estamos cientes do fato de que, no campo da educação, a Filosofia Ubuntu, como uma ética de práxis pedagógica, não tem sido o mote de grandes reflexões. Basta recordar que, por exemplo, foi no campo do modelo

de justiça restaurativa sul-africano onde se deu o apogeu da universalização das leituras sobre a Filosofia Ubuntu.

Contudo, existe uma discussão dentro da “corrente crítica africana” em relação ao modelo de Justiça Ubuntu no atual cenário da África do Sul e quase em toda África subsaariana, que sustenta a ideia da necessidade de se pensar uma pedagogia africana com base no contexto cultural africano, particularmente no que diz respeito à retomada e ao registro das línguas africanas como primeiro critério do empoderamento rumo a uma educação africana com modelos axiológicos próprios (CASTIANO, 2010; ACHEBE, 2012; MUDIMBI, 2019; WA THIIIONG’O, 2021). Estes autores propõem “um engajamento por uma educação global que pensa os modelos africanos a partir da corrente crítica africana” (CASTIANO, 2010).

Em relação à referida corrente crítica africana, é importante sublinhar que:

Quando se percorre as grandes linhas do debate sobre a filosofia africana em África como ela se desenrolou na segunda metade do século, identificam-se três lugares de discurso a partir dos quais uma figura do homem africano se construiu [educação]: o pensamento tradicional ou cultura oral; os discursos antropológicos como se construíram a partir do sec. XIX; o pensamento africano (sapiente), isto é, a reflexão dos intelectuais africanos sobre a própria identidade [corrente crítica]. (NGOENHA, 2010, pg. 183)

Para Castiano, uma educação global deve estar em condições de avaliar aspectos do passado, dos hábitos culturais, dos saberes locais a partir do ângulo em que eles se aproximam ao ideal da justiça social. No contexto africano, na sua maioria, existe a noção de que “o homem é o ponto de partida e de chegada da ação educativa” (Castiano, 2010: 84).

Essa fundamentação é um dos marcos teóricos que caracteriza a possibilidade de uma Pedagogia Ubuntu, pois o ubuntu é “o modo de vida com o qual todos podemos aprender [...] com base na ideia de que minha humanidade está vinculada e inextricavelmente ligada à sua – eu sou porque tu és” (NGOMANE, 2022: 13).

Para Ramose (2009), ubuntu é uma categoria epistémica e ontológica fundamental do pensamento africano dos grupos que falam a língua bantu. Esse reconhecimento do outro é o fundamento teórico que sustenta a noção de pensarmos sobre a possibilidade da aplicabilidade do ubuntu, sua dimensão axiológica, no contexto brasileiro, como uma prática possível nas salas de aulas através da vivência da nossa humanidade espelhada na experiência africana do ubuntu.

Ademais, como afirmamos acima, a Filosofia Ubuntu, como modelo e prática comunitária em sua dimensão ética jurídica, teve a sua maior visibilidade em 1994 na África do Sul

pós-apartheid com a criação da Comissão da Verdade e Reconciliação (Truth and Reconciliation Commission, TRC). Proposta por Nelson Mandela e por Desmond Tuto, a TCR tinha como objetivo administrar a justiça restaurativa – como um tribunal – e era vista como a melhor maneira de levar o país adiante e começar a curar as feridas do apartheid. A filosofia ubuntu pode dialogar e se adequar a qualquer modelo de justiça ou pedagogia, “a questão é como esse diálogo acontece?” (NGOMANE, 2022: 19).

Pensar a prática pedagógica com base na Filosofia Ubuntu para o contexto brasileiro, “significa ressignificar” a vivência da socialidade e da comunhão (NGOENHA, 2010: 214) pois, no campo da prática pedagógica, em qualquer contexto, devemos saber que:

ao fazermos o levantamento das questões locais, é muito bem possível que surjam conteúdos que podem ferir os direitos humanos, podem ser discriminatórios com base no gênero ou à raça ou ainda que possam ir contra o ideal da dignidade humana. [A Pedagogia Ubuntu] é [...] a oportunidade educativa para humanizar a educação [no Brasil]. (CASTIANO, 2010: 90).

A nossa proposta é de que os educadores e educadoras que trabalharem no contexto da Lei nº 10.639/03 devem ter em conta que estão trabalhando dentro de uma diversidade cultural que embora tenha como hegemonia conteúdos globais, a necessidade do cuidado com as experiências diversificadas exige do/a professor/a um espírito pedagógico humanizante que se espelha na ideia Ubuntu de que “a minha humanidade depende da humanidade do Outro”, ou melhor, “Sou porque Somos”.

Pensar uma Ética Ubuntu significa pensar a moralidade das nossas ações dentro das práticas educativas, em particular as pedagógicas, olhando para as consequências, para as pessoas passíveis de serem afetadas, colocando na balança o que nos constrói eticamente.

O modelo Ético Ubuntu sofre, contemporaneamente, diversas críticas e, como qualquer teoria em construção, ela vai se revisando. Segundo Metz (2011), o “ubuntu como uma teoria moral e direitos humanos na África do Sul” resume-se na existência de três razões principais pelas quais as ideias associadas ao ubuntu são frequentemente consideradas como uma base inadequada para uma moralidade pública hoje: primeiro, é que elas são muito vagas (metaética); segundo, é que não reconhecem o valor da liberdade individual (não personalistas); e terceiro, é que se adaptam mais à cultura tradicional de pequena escala do que a uma sociedade industrial moderna, não respondendo aos desafios da modernidade – capitalismo.

Na mesma linha, Mkabela (2005) afirma que a falta de integração dos valores indígenas e a falha em fornecer uma educação em direitos humanos que atenda às perspectivas da comunidade ubuntu criaram uma lacuna entre a conceituação e a prática dos direitos humanos pelas comunidades indígenas. Isto é, não é que necessariamente as ideias associadas ao ubuntu sejam uma base inadequada para uma moralidade pública hoje, mas, sim, os modelos de diálogo entre o currículo global e local é que falham.

Diferente de Metz (2011), Mkabela (2005) propõe “educação para o diálogo curricular”, uma proposta pedagógica contextualizada aos métodos universais hegemônicos com base numa didática que tenha em conta os contextos preconizados na Filosofia Bantu (ubuntu).

Neste sentido, se olharmos para as particularidades epistêmicas e ontológicas do modelo filosófico africano dos bantus – ética, o ubuntu, como metodologia (pedagógica), “tornou-se inevitável [nela] uma dissociação da educação para os direitos humanos da cultura com base na moral não prescrita dos povos em questão” (MKABELA, 2005). Isto é, a possível dissociação (falha) advém de desacordos apontados acima por Metz, e não propriamente a possibilidade de ressignificar modelos éticos e epistêmicos da filosofia ubuntu em outros quadrantes. Até porque, a alternativa Ética Ubuntu, como modelo e categoria de pensamento, deve fundamentar-se num princípio moral que leve em conta as particularidades, e essas devem se fundamentar na coletividade baseada na solidariedade e na justiça (GOMANE, 2018: 86).

Segundo Castiano (2010), o que destaca o “umuntu” (pessoa africana) como um ser de espiritualidade e moralidade ubuntu (pessoas ou comunidade) é, entre outros pontos, a sua moralidade, a sua experiência e a sua sabedoria. Nesse sentido, o conceito ético de ubuntu, na perspectiva africana, está intrinsecamente ligado à noção de justiça.

No contexto brasileiro, o professor, ao pensar uma ética dentro da educação antirracista ou uma Ética Ubuntu com base nas vivências e experiências dos educadores e educadoras e inserida a Lei nº 10.639/03, deve buscar uma pedagogia humanizante. Nesse aspecto, Ngoenha (2011) citado por Gomane (2018: 82), afirma que o ubuntu (no sentido de justiça) é uma alternativa à verdadeira questão global, hoje, no sentido que interpela as relações entre os indivíduos e grupos no interior de todas as sociedades, mas, também, a relação entre as diferentes partes do mundo na busca pela justiça.

A ideia de uma educação ou de sistemas de educação global com origem em “sistema interregional”, segundo Dussel (2000: 27), não é nova. Ademais, para esse autor, do ponto de

vista epistemológico, “dizemos tudo isto para começar a romper com a visão eurocêntrica. Pois, a existência cotidiana do Egito teceu-se em torno do culto de seus mortos ou dos ancestrais, procedente do sul, dos povos bantus, negros.” E a civilização egípcia é tida como uma das que deixou um legado fundamental nos sistemas e modelos contemporâneos de uma educação com fundamentos axiológicos, isto é, com fundamento nos valores morais.

No final das contas, percebemos que na filosofia bantu, de onde se origina a Filosofia Ubuntu, encontramos o legado que nos permite pensar uma educação racial no Brasil que não ignore a interculturalidade africana.

Os bantus têm um papel significativo na formação cultural brasileira e na identidade nacional, seja pelo legado linguístico, pela cultura africana como as artes manuais e culinária, nas práticas agrícolas ou na origem de ritmos e expressões musicais como o samba, o maracatu, a congada, o jongo e a capoeira. A contribuição na nossa formação linguística é expressiva, são inúmeras as palavras presentes em nosso vocabulário que influenciaram nossa língua, entre estas angu, caçula, fubá, miçanga e quitute. (Jr, Jader Nicolau, junho,2019). ;

Pensar uma proposta temática acerca da Ética Ubuntu na Práxis Docente na História e Cultura Africanas e Afro-brasileiras significa, primeiro, reconhecer que o currículo brasileiro é um currículo local e global que se ressignifica e se insere no mundo. Segundo, significa que devemos, a partir da prática didática da Ética Ubuntu na sala de aula, interpelar as relações entre os grupos no Brasil tendo em conta que estamos situados, eticamente, no interior de todas as sociedades.

3 - Ética Ubuntu e a Lei 10.639/03

A noção de ética como um tratado ligado aos ensinamentos, máximas, treinamento para virtudes humanas, não é genuinamente um conceito ocidental, ou de uma filosofia contemporânea Ubuntu. Em África, segundo Tamosauskas (2020), “As Máximas de Ptah-Hotep foram o primeiro tratado de ética e filosofia moral da história que chegou inteiro à era moderna. Como modelo de treinamento para as virtudes, os conselhos de Ptah-Hotep para seu filho cuja essência está no ideal de “Maat”, a deusa da verdade e da justiça, tinham como objetivo a busca da felicidade e justiça.

Aristóteles (1991: 28) afirma que “embora a felicidade seja divina é obtida através da virtude e de um certo regime de treino e aprendizagem (sistemas de educação)”. Para Macintyre (2001: 69), as sociedades tradicionais pré-modernas tinham o seu ethos bem firme, que lhes permitia conservar uma moral tradicional de natureza racional. Sem o ethos essa sociedade não se reconhece, perde o seu ser como agente moral. O reencontro só é possível mediante o retorno da moral tradicional de natureza racional que é nos recomendado na sua tese “Depois das Virtudes”, como remédio de busca ao eu moderno que viu o seu projeto fracassar.

Quando pensamos nos conceitos de Ética e de Moral, logo imaginamos que devemos percorrer um panorama histórico e epistemológico e sentimos a obrigação de recorrer a todos os pensadores que diferenciaram, ou que fizeram dicotomias, ou apontaram semelhanças entre os dois conceitos. No presente trabalho, vamos demonstrar que é possível epistêmica e didaticamente pensarmos, no Brasil atual à luz da lei em estudo, a possibilidade real da ideia de uma educação ou de sistemas de educação global com origem em um “sistema interregional” ubuntu dentro da dimensão axiológica da educação.

A origem dos dois conceitos vem de épocas, línguas e culturas diferentes. Ética vem do grego, elaborada na cultura da Grécia em uma filosofia crítica e pensada em um contexto antes de Cristo, ligada à noção de virtude. Isto é, “uma virtude é um traço de caráter merecedor de admiração, tornando o seu portador melhor, quer seja do ponto de vista moral ou intelectual, quer na conduta de matérias específicas” (BLACKBURN, 1994: 457). A moral vem da língua latina e de uma cultura de apologia à religião predominante cristã, com filósofos que defendiam uma filosofia cristã que alguns pensadores intitularam o período das trevas depois de Cristo.

O conceito de ética que pretendemos pensar é um conceito atemporal, crítico e vivenciado em um círculo hermenêutico. Atemporal, porque a ética não é influenciada por teorias existentes prevalecendo o que à cultura, política e economia interessa em determinado momento, como, por exemplo, a cultura que o grupo dominante de qualquer geração decide a seu favor; o conceito crítico, porque é baseado na consciência crítica, isto é, fundamentado com argumento científico e análises em uma realidade situada no tempo e espaço; e é vivenciada no círculo hermenêutico baseado em vários ângulos e não em um círculo vicioso, partindo de uma única perspectiva, buscando justificativa em fatos corriqueiros e manipulados pela falácia e, geralmente, pelas mídias locais determinadas pelas mídias mundiais, pelo sistema econômico dominante, pelas políticas e culturas dominantes de cada momento.

O conceito de Moral, no nosso entendimento, seria adequar valores falaciosos como, por exemplo, “educação para todos”, anunciado na Carta Magna, quando, na prática, só uma determinada população usufrui da educação formal. Esse conceito tem tido uma fundamentação acrítica, temporal, levando a sociedade, de modo geral, a aceitar a meritocracia imposta pelo sistema educacional brasileiro (RAMOS, 2023). A moral diz respeito a regras, cujo cumprimento nem sempre se filia à reflexão crítica e ação humanizada e humanizadora. Para melhor aprofundamento, refletiremos o que entendemos por lei e regra, prática e práxis, e autonomia e “transmissão de conhecimentos”. A lei implicaria o valor ético da sua implementação, isto é, o que nela teria do “processo humanizador” para se ter visibilidade da ação humanizadora pela qual ela seria implementada. A regra, no mau sentido de sua prática, seria o ato de particularizar uma lei tacitamente ou colocada em alguns documentos institucionais não importando como será transmitida, com consciência ou não, e muitas vezes implementada de uma maneira superficial, e garantindo a aparência de um dever cumprido.

A práxis seria o “fazer consciente” da implementação da lei com fundamentos acadêmicos e de resistência realizado em sala de aula, na qual a efetivação transforma a vida de estudantes, independentemente da idade e do grau, de séries iniciais ao pós-doutorado com efeitos em suas vidas, como empoderamento, reconhecimentos de autoestima e identificação com uma mente vitoriosa, com imaginação e singularidade. Ou seja, a práxis reeduca as relações étnico-raciais, recria história, consciência, cultura e educação emancipatória. A prática, no seu pior, poderá ser entendida como uma transmissão de conhecimento como obrigação de cumprir um determinado currículo para livrar de punições pelo não cumprimento de uma lei.

A autonomia implicaria um saber consolidado pelo sistema educacional brasileiro em que a/o profissional de educação soube ser crítico/a com relação ao conhecimento imposto pelas práticas do eurocentrismo, descolonizando a educação tradicional, substituindo-a por uma educação libertadora concebida pela busca em grupo ou individual pelos órgãos inovadores, como pelo movimento negro brasileiro, ou pela implementação da Lei nº 10.639/03. A “transmissão de conhecimento” seria o repasse de conhecimento recebido pela educação bancária, transferido de uma maneira acrítica, ecoando, reproduzindo, replicando o senso comum, mantendo uma educação tradicional, colonial, injusta e antiética.

Além disso, estamos pensando a ética a partir de um contexto específico, sustentado por meio das narrativas de vivências e experiências de educadoras que implementaram a Lei nº

10.639/03 na práxis de sala de aula, enfrentando seus pares, educandos e uma sociedade em um contexto político, econômico, cultural e religioso respaldado por um sistema que, insistimos e repetimos, silenciou as africanidades, a história e a cultura dos afrodescendentes, por vários séculos. E que, a despeito de tudo isso, essas educadoras buscaram autonomia acadêmica e práticas didático-pedagógicas de resistência para fundamentar suas ações, gestos e vivências em sala de aula.

Ética Ubuntu na práxis docente é o resgate de uma vivência de educadoras que transformaram seu entorno educacional, sustentando suas buscas considerando a pessoa humana – “Sou porque tu és”; isto é, discriminar não, resistir sim, fazendo acontecer por meio de uma luta em sala de aula, na qual, durante séculos foram ensinadas a rejeitar a si mesmas, aceitando submeter-se ao processo de desumanização pelos ensinamentos de autorrejeição através de falas negativas do povo africano.

Essa atitude corresponde à Ética Ubuntu, que inspira a procura de olhar a si mesmo como “Ser Humano”, e se sou “Ser”, não posso aceitar a destruição desse “ser” através de uma educação formal. Assim, como uma das maneiras de desumanizar (tanto pretos quanto brancos, convenhamos) foi pela educação formal, embora, por meio dela, seja possível humanizar. Nelson Mandela externou em palavras que queremos aqui parafrasear: assim como foi ensinado pela educação formal a desumanizar o povo negro, também por ela queremos ensinar a humanizá-lo. “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.” (Mandela, 1994). Ressaltamos que, simultaneamente, assim também serão humanizados os brancos.

Portanto, nossa escolha pela Ética Ubuntu é que o ubuntu parte de “Humano” para “Humano” e, se assim é, não há lugar para aceitar inferiorização ou superiorização do “Outro”. É uma relação de respeito e reconhecimento mútuo, de ‘Ser Humano’ com ‘Ser Humano’.

Não é devido à diferença de melanina sustentada por vários séculos por ideologias de dominação que devemos continuar com os mesmos processos de manipulação. A Lei nº 10.639/03 foi instituída por força das “africanidades”, que foi o grande instrumento de recuperação da autoestima, tanto dos educadores quanto de educandos. A ética é o que é, busca de essência intrínseca à dignidade humana, ela se fundamenta com argumento e não com falácia, ela vai além da moral porque, em muitos casos, não pode se contentar com o que é transmitido.

Ética também é questionamento, é crítica, é sair da mesmice para a inovação. A ética é práxis que é consciência da realidade em que se vive, e resulta em mudança de mentalidade, fazendo nascer um novo olhar para a realidade, bem como transformação da própria realidade. A práxis vai além da prática, ela ultrapassa limites, porque ela questiona qualquer sistema ou ideologia. Superando barreiras ou empecilhos, a ética é suporte da autonomia para implementação da Lei nº 10.639/03.

Foi com autonomia ativa que, através da práxis pedagógica antirracista, as educadoras entrevistadas para este estudo vivenciaram em sala de aula o ideário da Ética Ubuntu e o estabelecido pela lei em questão conforme apresentado a seguir.

4. Ética Ubuntu concretizada por educadoras que implementaram a Lei 10.639/03

Às vezes, o senso comum, acadêmicos e também os profissionais da mídia sustentam, com muita sutileza, que não é necessário fazer nenhuma busca ou recuperação histórica e que o presente trabalho destaca o mérito de cada ser humano que consegue, porque luta, individualmente, independente do outro. Porém, a Ética Ubuntu tem origem na Filosofia Ubuntu, cujo fundamento é “eu sou porque você é e você é porque eu sou”. Portanto, devo recuperar os meus antepassados e, para recuperar essas memórias, tenho que rememorar e registrar o meu passado. Foi o que as educadoras fizeram para trabalhar as africanidades em sala de aula.

Foram incluídas no presente estudo representantes do Distrito Federal, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Pará, nominadas, a fim de preservar suas identidades, com nomes da flor ipê do cerrado: Ipê branco, Ipê amarelo, Ipê verde, Ipê rosa, Ipê roxo. Duas são aposentadas, três ainda atuam em sala de aula.

Com as falas das educadoras e relatos como o que segue podemos entender que a Ética Ubuntu não é uma obrigação, é vivenciar, por determinação pessoal, o cerne do significado de ser um com o outro e com o mundo na relação educador e educando. Essa convivência ocorre com dois Seres Humanos envolvidos na atividade docente. Vejamos o relato a seguir:

Quando eu fiz esse primeiro seminário eu entrei num processo de descoberta, de aceitação, mas também de incredulidade de eu ser professora e de ter demorado tanto

tempo para me conscientizar dessa realidade que me cercava e que eu estava inserida, me doeu demais me ver como reprodutora dessa lógica colonizadora, sabe? Isso me incomodou muito em saber que aquilo que doía no outro eu era reprodutora disso, eu nunca tinha me dado consciência disso, isso doeu a minha alma. E eu saí muito incomodada... muito incomodada... e tão incomodada de dizer: eu não quero mais isso, eu não vou fazer mais fazer isso, eu não vou, eu não sei como fazer, mas eu não quero mais isso, eu não quero mais isso, e de entrar em um processo de mergulhar ali e de buscar informações para que eu pudesse modificar a minha prática. Então eu não queria e não quero, eu não desejo isso que aqueles alunos que passaram por mim, e às vezes assim, eu tinha quinhentos, seiscentos alunos, eu não queria que dentre essa quantidade de alunos que eu tinha, que eu pudesse deixar aqueles que eram semelhantes a mim passar pelo mesmo processo de invisibilidade, de silêncio que eu passei e que eu nem percebi, eu não queria ser mais a reprodutora disso. Eu queria dar aos meus alunos ferramentas para que eles pudessem lutar contra isso, mas eu não queria estimular uma violência com um discurso pesado, arraigado, eu queria que ele tomasse consciência de quem ele era, por isso apostar tanto na descoberta da identidade, porque se ele sabe quem é, a partir disso aí ele vai se aceitar melhor, ele vai se orgulhar da própria história, e a partir disso daí ele tinha condições, bases sólidas para ele defender as próprias ideias. Eu queria estar ali junto com eles dizendo: olha, existe esse caminho, esse caminho, esse outro caminho e você ainda pode constituir o seu, eu te dou ferramentas aqui, eu quero que você tenha o olhar de trezentos e sessenta graus, eu quero que você possa olhar para todas as direções e escolher qual o caminho que você quer trilhar, e que não há nada de errado com você, não há nada de errado em ser negro, porque isso não é uma condição, eu estou hoje e amanhã não estou, nós somos e precisamos nos apropriar disso, não precisamos nos envergonhar. (Excerto da EN, Educadora Ipê Rosa, outubro de 2022).

Com este relato recordamos Savater (1997) quando afirma que o efeito mais notável da boa educação é despertar o apetite por mais educação, por novas aprendizagens e ensinamentos. Foi o que ocorreu com a educadora no curso de formação sobre história africana e cultura afro-brasileira: brotou nela a vontade de aprender mais, de mudar a postura em relação aos estudantes e evoluir com suas práticas educacionais, criando oportunidades para que seus alunos, cada vez mais conscientes, possam produzir discursos críticos e reelaborem suas identidades e singularidades enquanto refletem sobre o racismo e as violências que recaem sobre os negros. O que é um correspondente à Ética Ubuntu em seu fundamento para um ensinar e aprender “humano”.

O que queremos sustentar é que a Ética Ubuntu se concretiza na Lei nº 10.639/03 e a fundamenta. Quando a docente reconhece que sua prática é colonizadora e que reproduz a desumanização do “outro”, quando ela faz a formação e entende que essa lei poderia modificar a seu olhar em sala de aula para uma práxis, quando toma consciência do seu papel de educadora, ela se questiona e se sente incomodada e se propõe a um “fazer diferente”; em uma relação de ser para ser está em vigência a Ética Ubuntu, na qual não existe uma obrigação do fazer, mas a

busca pessoal, deliberada de reconhecimento um do “outro”, “semelhante a mim”, em que ela entende o processo de humanização que se dá pela sua práxis em sala de aula. Essa educadora não está preocupada com o Estado, nem com punição, mas com a humanização da sua forma de ensinar, descolonizando-a. Ela se conscientiza e deseja oferecer ferramentas, conhecimentos das “africanidades” para que esse estudante se aceite como “ser humano” e se orgulhe de sua História. O que essa educadora vivencia, então, é Ubuntu “sou sendo”.

A vivência da educadora não fica na emoção de uma formação, ela insere consciência, resistência, informação e saberes em luta na sua vida profissional e se solidariza com os estudantes nas angústias de conhecer a si mesmo. E aqui temos que perguntar: por que não se conhece? O sistema educacional brasileiro ofereceu essa oportunidade antes da implementação da Lei nº 10.639/03? A educadora Ipê Rosa relata:

A gente atende os alunos do terceiro do ensino médio, eles fazem a inscrição para o PAS- Programa de Avaliação Seriada da UNB, e aí quando chega na hora de fazer a inscrição, eles vinham desesperados para conversar comigo e dizendo: professora o que eu sou? O que é que eu sou? O que é que eu sou? Como é que marco isso daqui eu entro pelo sistema de cotas? O que é sistema de cotas? Como é que faço isso? E vinham aquelas dúvidas né, comecei a me deparar com algumas realidades do ensino médio, de alunos que não se aceitavam como negros, que não aceitavam o cabelo, que tinham conflitos pessoais, conflitos na família, problemas de desenvolvimento e disciplinar, pedagógico, que eram oriundos dessas questões. E aí eu falei: meu Deus, eu preciso fazer alguma coisa, como é que posso ajudar esses alunos? Como é que eu posso fazer alguma coisa para auxiliar esses meninos? E aí junto com a [Flor do cerrado] uma amiga, colega de trabalho, nós tivemos a ideia de levar para dentro da sala de aula e levar para dentro da escola esse universo de informações para que a gente pudesse formar o nosso aluno, para que ele pudesse se conscientizar, fazer esse processo de descoberta identitária, mas que ele também pudesse se tornar um multiplicador disso, aí nasceu a ideia do seminário de relações étnico-raciais. A gente saía para fazer as formações, mas, muitas vezes, essas informações não chegavam dentro da escola. E nós queríamos que a escola, ela fosse o ambiente onde essas informações pudessem proliferar e se propagar. (Excerto da EN, Educadora Ipê Rosa, outubro de 2022).

A fala dessa educadora, impulsionada pelas interrogações dos estudantes, buscando conhecer a “si mesmo” a educadora procura descolonizar tendo que mostrar que durante séculos foi ensinado que esse negro era um “não ser”. Fanon (1975), em relação ao devir negro, descreve que “existe uma zona de não ser, uma região extraordinária declive essencialmente despojado, onde um autêntico surgir pode ter origem.” Quando essa profissional da educação busca humanizar sua práxis educacional ela faz ressurgir esta Ética Ubuntu que é ter a

consciência que “Eu sou por que tu és”, isto é, para esses estudantes se inscreverem no PAS é necessário que saibam que são seres humanos dotados de direitos.

Por isso, a dúvida dos estudantes de não saber quem são, por isso, afirma Mbembe (2004: 154-155), “a noção de civilização [...] autoriza a distinção entre o humano e aquilo que não é ainda suficientemente humano, mas pode transformar-se nisso da roupagem adequada”. A angústia dessa educadora que optou por descolonizar o sistema educacional brasileiro através de uma responsabilidade ética e trazer a “História e cultura africana e afrodescendente para sala de aulas é fazer a recuperação de seres humanos como esses alunos querendo conhecer a si mesmo.

Aimé Césaire (1978) afirma que colonizar e civilizar destitui este homem dos direitos fundamentais, como ocorreu no Brasil que, em 1837, retirou o acesso dos negros à educação formal fortificado pelas teorias da colonização e civilização. Com o raciocínio da descolonização, existe um novo olhar de direito que basta ser humano para ingressar em uma universidade brasileira. Daí a importância do ensino da Lei nº 10.639/03, que é a recuperação da dignidade humana para concretizar a cidadania na sociedade brasileira.

A seguir, veremos a experiência de uma educadora ubuntuana quando ela se reconhece mulher negra e educadora e não consegue separar o ser mulher negra e educadora nas instituições educativas:

O meu corpo quando habita um espaço, ele já produz um diálogo com relação às relações étnicos-raciais, o corpo de uma mulher negra num espaço, e aí eu digo nas instituições educativas. Eu jamais deixaria de trabalhar as questões étnicos-raciais, porque é um ato político, é prática de sobrevivência, é prática de resistência. Então, eu estou em um país racializado, racista, não tem como essa prática não se dar na escola e na sala de aula, porque todas as questões sociais estão lá dentro da sala de aula e por muito tempo ainda continuamos em muitos espaços reforçando essas agressões, essas opressões, essas diferenças, sendo guardiões de privilégios. Então que tenhamos mais pessoas comprometidas em tornar a escola numa prática de ação afirmativa, uma prática que seja de fato oportunidade para que todos possam desfrutar dos seus direitos e a ter direitos. Eu fico pensando que para nós sempre a escola foi a promessa de ter oportunidades e se elas não existem, não é porque nós não somos capazes, é porque não nos possibilitaram por muito tempo e ainda tem muita gente engajada nesse projeto de impedir que o povo negro possa trazer os seus conhecimentos, seus saberes e também ocupar espaços que não se quer que a gente vêm ocupando, espaços de decisão, de gestão, de estar à frente, mas é por conta disso que a gente segue em luta, e que nós estamos chegando. (Excerto da EN, Educadora Ipê branco, outubro de 2022).

Ética Ubuntu na práxis das professoras que se contrapõem ou resistem ao sistema educacional brasileiro, que perpassou por vários séculos e a que elas resistem e transformam com uma nova ética, e esta se encontra com mais proximidade, é a Ética

Ubuntu porque vê o ser humano como humano. Não basta o conhecimento, é importante torná-lo sabedoria. Antirracista enquanto ética, questiona e não se contenta em ficar na superfície como se sentir altruísta, o Ubuntu vai recuperar a humanidade que se encerra em cada ser humano.

Este é o diferencial da Ética Ubuntu. A Ética Ubuntu convida para o espanto e não se escandaliza pelo processo dessas não se aceitarem negras. Estas educadoras se dedicam para oferecer o melhor para seus educandos focando o respeito na vida dos seus educandos:

Na minha trajetória educacional, eu comecei com 20 anos eu entrei na Secretaria de Educação, eu ainda era novinha e sempre procurei ser uma profissional muito dedicada, porque o que eu não tive na educação eu procurei ofertar para os meus alunos sabe. Aquilo, eu sempre trabalhei nessa linha, eu vou dar o melhor, eu vou dar o melhor para eles sempre. Então eu buscava estudar, buscava entender as coisas que estavam sendo pesquisadas na educação antes mesmo de chegar no DF, em outros estados eu fui estudar bastante, em outros estados que estavam mais avançados em algumas pesquisas, eu fui estudando, depois oferecendo sempre o melhor para os meus alunos. Aí depois eu aprofundei um pouquinho fazendo vários cursos sobre temas étnico-raciais, que era algo que sempre me instigou também pelo fato de eu ser negra, pelo fato de eu saber o que é que se passa uma vida negra, então eu pesquisei muito para oferecer também para os meus alunos, uma educação de qualidade, de respeito, no foco na questão étnico-racial. (Excerto da EN, Educadora Ipê Roxo, outubro de 2022).

A Ética Ubuntu com a “História e Cultura Africana e Afro-brasileira” implementada a partir da Lei nº 10.639/03 é um processo de descolonização do sistema educacional brasileiro, o que podemos perceber por meio das educadoras que vivenciaram consciência e críticas quanto à realidade de desumanidade que a escravidão deixou de herança no Brasil e no mundo, que foi o racismo inventado e construído por vários séculos, e o silenciamento do povo negro.

Percebemos que as professoras entrevistadas participaram de formação de professores a partir da qual se reconheceram “Ser humano”, tomaram consciência e, com ela, a indignação do passado (História), a projeção de um futuro (desconstrução desta História), trazendo para o hoje (sala de aula) a construção de uma práxis congruente com a Ética Ubuntu, que é o respeito mútuo e o cuidado consigo e com o outro. O que a Ética Ubuntu diferencia e inova é que um Ser Humano quando toma consciência do seu estado de humano, não admite faltar o respeito com o outro nem consigo mesmo. É o que o Intelectual da África do Sul Magobe Ramose nos oferta dizendo:

O problema filosófico não é com o raciocínio confinado em si, mas com a razão e os efeitos da exclusão de outros. A ética ubuntu toma conhecimento disso. Ela resolve o problema da exclusão no raciocínio confinado prescrevendo reconhecimento e respeito mútuos complementado por cuidado e partilha recíprocos. Então motho ke motho ka batho é a máxima que prescreve limites permeáveis e não permeáveis. (RAMOSE: 9, 2002).

A filosofia Ubuntu está preocupada com o “Ser humano enquanto Ser Humano”, isto é, construir a noção de humano com respeito e, este, se torna universal por que não existe diferença entre os humanos, o que existe são formas de pensar diversas que o raciocínio é construído no decorrer dos tempos. Daí, a necessidade de questionamentos e a preocupação de tornar esse raciocínio em função de todos e não de alguns.

A Ética Ubuntu não coloca a centralidade no sujeito conhecedor (professor), diferente do modelo pedagógico tradicional. Quanto à questão da transmissão dos saberes, o professor não é o único produtor, detentor e distribuidor dos saberes. Nesse sentido, a noção Pedagógica Bantu tem como base o legado coletivo no qual o “professor é uma voz comunitária e portador de um saber coletivo”; o professor que professa o conhecimento bantu parte do reconhecimento de si mesmo para caminhar lado a lado com o educando, ele torna-se “um” para vivenciar o todo.

Essa educadora reconhece a falta de material didático antes da lei e percebe os efeitos dos frutos da Lei 10.639/03 nas escolas. Ela tem esse raciocínio do respeito mútuo que nos diz Ramose e procura descolonizar suas práticas através da escuta filosófica que é o questionamento. Vejamos a seguir:

Como se diz, eu via e achava que tinha que ser feito alguma coisa e aí procurava uma estratégia para que fosse feito, muitas vezes claro que não foi a melhor maneira, mas era aquela que eu sabia no momento, e aí eu fui procurar estudar sobre isso né, e aí estudando bem em uma hora do boom né, do governo do XX, onde começa então a gente ter acesso aos livros, porque era muito difícil no início para tu conseguir escrever sobre, sem ser racista mesmo e sem também passar como se fosse algo assim, aí pois é acontece. Mas era muito difícil ter um livro com personagens protagonistas negros para criança, que não fosse três vezes o valor do outro, como os brinquedos e como várias outras questões né, então, assim era. Começou nesse momento as escolas receberem kits, a ter o acesso a esse material, então claro, aí fica muito mais fácil da gente trabalhar quando a gente tem um material, como para todas as outras questões da escola né. (Excerto da EN, Educadora Ipê Verde, outubro de 2022).

Essa profissional de educação reconhece a importância do incentivo do sistema educacional brasileiro oferecendo material para educadores mostrando o diferencial que faz esse suporte para os profissionais que repercute na vida dos educandos que se sentem representados nos livros didáticos. Isto significa que esse raciocínio é o descolonizar, sair do material didático centralizado no poder dominante, é a partir dessas práticas que esses estudantes se sentem representados, vivenciando a plenitude de Ser Humano.

Portanto, quem implementa a Lei nº 10.639/03 indo além de seguir e obedecer a uma lei, compreende a realidade do espólio da escravização para transformá-lo em autoestima,

emancipação e solidariedade ao outro e à vida em geral. De modo que a Ética Ubuntu não compara, não tem o vencedor, não é alteridade, nela a pessoa não se coloca no lugar do “outro”, porque ela também é o outro. Ela não exige agradecimentos, porque o fazer é um “desejo de ser” e não uma obrigação.

O significado de ubuntu na língua zulu: “Uma pessoa é uma pessoa por meio de outra pessoa” ou “eu sou porque tu és”. Esse pensamento de ubuntu se concretiza na fala da educadora abaixo:

[...]eu fiz uma especialização para fazer valer a lei 10.639 de 2003 que obriga a escola tanto particular, como a pública a trabalhar com a história e a cultura africana e afro-brasileira, até porque no nosso país nós temos mais de 50% da população brasileira, uma população negra. Então a gente não tem como negar isso, a nossa cultura também é formada pela cultura afro e indígena. Então com essa especialização que eu fiz pela Casa Brasil-África lá da Universidade Federal do Pará, foi uma especialização para mim que foi um divisor de águas, tanto para a minha vida profissional, como pessoal, porque eu fui educada para ser racista, fui educada para valorizar o sobrenome italiano que eu carrego comigo, por exemplo. E essa especialização eu fiz com professores e professoras da rede pública estadual, com os movimentos negros e com o movimento de terreiro. Então foi uma especialização riquíssima, e que foram trocas riquíssimas e redescobertas, desaprendi mais do que aprendi, porque eu desaprendi toda a educação racista que foi passada pela minha família, pela escola e pela igreja. Então para mim essa especialização foi um momento de começar a perceber os meus privilégios como uma pessoa branca, e a minha responsabilidade enquanto professora branca, que trabalha na rede pública, que nós sabemos qual é a cor que prevalece nas escolas públicas nesse país. (Excerto da EN, Educadora Ipê amarelo, outubro de 2022).

Essa narrativa ressalta a importância da formação dos professores e o conceito de aprendizagem que está arraigado em nosso meio. Quando ela diz em desaprender seria se desprender de uma mentalidade colonizada para uma abertura de uma aprendizagem descolonizada. Reconhecer o que foi ensinado é questionar esse aprendizado. Por isso Ramose ressalta: “O olhar para o outro na perspectiva de extensão, partilha e vida em comunidade tem um papel central na ética desta filosofia em que o “nós” procede o “eu”. (Ramos: 10 2010). Quando ela verbaliza que aquela formação “foi um divisor de águas” ela sai do seu mundo individual para o comunitário, compreendendo que sua função de educar vai além de uma educação familiar. Sai de círculo vicioso para um círculo hermenêutico reconhecendo o seu lugar de privilégio para uma responsabilidade comunitária que é vivenciar a “Ética Ubuntu”, em que “Uma pessoa é uma pessoa por meio de outra pessoa”.

Ao longo das narrativas, todas as educadoras ressaltam a relevância da Lei 10639/03 que impulsionou a formação dos professores e ao mesmo tempo as conscientizou do processo de uma educação colonizadora e partem para uma práxis descolonial e para fazer uma mudança é necessário ter o “espanto filosófico” que é o questionamento crítico e, portanto, transformador, porque elas mudam como “Pessoa” e vivenciam como “Pessoa”, sendo assim, Bell Hooks interfere dizendo: “O que tornou esses indivíduos excepcionais não foi eles serem mais inteligentes ou mais bondosos que seus vizinhos, mas sua verdade de viver os seus valores.”(Hooks,p.126,2021). Esta é a Ética Ubuntu, elas não estão só preocupadas em aumentar o seu currículo ou serem heroínas simplesmente, elas

estão a tornar-se mais humanas vivenciando a humanidade pedagógica Ubuntu: “eu sou porque você é e você é porque eu sou”. Confira nas narrativas a seguir:

Então com essa especialização que eu fiz pela Casa Brasil-África lá da Universidade Federal do Pará, foi uma especialização para mim que foi um divisor de águas, tanto para a minha vida profissional, como pessoal, porque eu fui educada para ser racista, fui educada para valorizar o sobrenome italiano que eu carrego comigo, por exemplo. (Excerto da EN, Educadora Ipê amarelo, outubro de 2022).

[...]eu via e achava que tinha que ser feito alguma coisa e aí procurava uma estratégia para que fosse feito, muitas vezes claro que não foi a melhor maneira, mas era aquela que eu sabia no momento, e aí eu fui procurar estudar sobre isso né, [...]. (Excerto da EN, Educadora Ipê Verde, outubro de 2022).

[...]eu ainda era novinha e sempre procurei ser uma profissional muito dedicada, porque o que eu não tive na educação eu procurei ofertar para os meus alunos sabe. (Excerto da EN, Educadora Ipê Roxo, outubro de 2022).

[...]é porque não nos possibilitaram por muito tempo e ainda tem muita gente engajada nesse projeto de impedir que o povo negro possa trazer os seus conhecimentos, seus saberes e também ocupar espaços que não se quer que a gente vêm ocupando, espaços de decisão, de gestão, de estar a frente, mas é por conta disso que a gente segue em luta, e que nós estamos chegando. (Excerto da EN, Educadora Ipê branco, outubro de 2022).

Quando eu fiz esse primeiro seminário eu entrei num processo de descoberta, de aceitação, mas também de incredulidade de eu ser professora e de ter demorado tanto tempo para me conscientizar dessa realidade que me cercava e que eu estava inserida, me doe demais me ver como reprodutora dessa lógica colonizadora, sabe? (Excerto da EN, Educadora Ipê Rosa, outubro de 2022).²

Para essas educadoras suas “práxis” não encerram em um ambiente escolar, ultrapassa os modelos didáticos e metodológicos por que estão preocupadas com a “vida” e vidas que independente de idade e grau de escolaridade que a Lei 10639/03 devem ser vivenciadas desde das series iniciais à pós-graduação, isto é, por que estamos pensando a partir de uma educação formal inserido no sistema educacional brasileiro. Por isso, Hooks afirma:

Abraçar uma ética amorosa significa utilizar todas as dimensões do amor – “Cuidado, compromisso, confiança, responsabilidade, respeito e conhecimento” - em nosso cotidiano. Só podemos fazer isso de modo bem-sucedido ao cultivar a consciência. Estar consciente permite que examinemos nossas ações criticamente para ver o que é necessário para que possamos dar carinho, ser responsáveis, demonstrar respeito e manifestar disposição de aprender. (Hooks, 2021: 130).

² Estas narrativas não são repetições, estamos ressaltando as narrativas que expressa a humanidade nas “práxis” de educadoras comprometidas com a Ética Ubuntu”.

A ética do amor e a Ética Ubuntu caminham lado a lado com o sentido de responsabilidade, respeito, cuidado, compromisso, confiança, conhecimento- todos esses conceitos estão comprometidos com o coletivo, com o comunitário que é a Ética Ubuntu como alicerce da práxis docente: " [...] o ubuntu nos ensina também a procurar fora de nós mesmos para encontrar respostas". (Ngomane: 14, 2022). O caminho que as cinco educadoras percorreram para encontrar respostas, foi participar da formação dos professores para inserir suas práticas antirracistas em sala de aula. Todas elas fizeram caminhos diferentes, mas todas alcançaram o mesmo objetivo: vivenciar a Ética Ubuntu: "Sou porque Tu és", isto é, viver consciente e criticamente o processo de descolonização no sistema educacional brasileiro.

5. Considerações finais

Os seres humanos encontram-se no centro do tecido vital e a geração presente na Terra constitui o centro da humanidade inteira [...]. E todas as instituições do saber humano estão orientadas a este mesmo propósito, [educação para humanidade] (NGOENHA, 2011, pp. 188-189).

Neste artigo, apresentamos os motivos e os porquês pelos quais as educadoras entrevistadas fizeram experiências docentes antirracistas em sala de aula, congruentes com a Lei nº 10.369/03 e em conformidade com a Ética Ubuntu, embora não nomeiem "Ética Ubuntu", seus gestos e atividades didáticas definidoras do que significa ser um com o outro – eu sou porque tu és. E, assim, mais do que o senso do dever definido por lei, essas professoras têm o ímpeto de desafiar, com uma prática, séculos de incivilidade.

Três premissas nos permitem pensar que o modelo de educação baseada na Lei nº 10.369/03 coincide com o modelo africano de dimensão axiológica denominada Ubuntu:

Primeiro, uma educação global deve estar em condições de avaliar aspectos do passado, dos hábitos culturais, dos saberes locais a partir do ângulo em que eles se aproximam ao ideal da justiça social (CASTIANO, 2010: 85);

Segundo, conforme Ngomane, Ubuntu é "o modo de vida com o qual todos podemos aprender [...] com base na ideia de que minha humanidade está vinculada e inextricavelmente ligada à sua - eu sou porque tu és" (NGOMANE, 2022: 13);

Terceiro, a ética Ubuntu não coloca a centralidade no sujeito conhecedor (professor), diferente do modelo pedagógico tradicional. O modelo pedagógico encontrado na forma de trabalhar das educadoras entrevistadas nesta pesquisa comprova que existe uma vontade de desenvolver a práxis docente na história e cultura africanas e afro-brasileiras como um modelo de justiça restaurativa, dentro da alteridade e da interculturalidade, a semelhança do modelo de justiça Ubuntu que se verificou na África do Sul pós-apartheid.

Referências bibliográficas

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi (2019). *O perigo de uma história única*. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia Das Letras.
- ACHEBE, Chinua (2012). *A educação de uma criança sob o protetorado britânico: Ensaio*. Companhia de Letras, São Paulo.
- ARISTÓTELES (1991). *Ética a Nicômaco*. 4. ed. Ed. Nova Cultural: São Paulo.
- BLACKBURN, Simon (1997). *Dicionário de filosofia*. Ed. Gradiva: Lisboa.
- BRASIL. MEC (2003). *Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília/ DF.
- CÉSAIRE, Aimé (1978). *O discurso Sobre o Colonialismo*. Editora livraria Sá da costa. Lisboa.
- CORBIN, Alain (2021). *História do Silencia: do renascimento aos nossos dias*. Tradução de Clinio de Oliveira Amaral. Editora Vozes. Rio de Janeiro.
- DUSSEL, Enrique (2000). *ÉTICA DA LIBERTAÇÃO: Na idade da globalização e da exclusão*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves et al.. Petrópolis: Editora Vozes.
- FREIRE, Paulo (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo (1979). *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra.
- FANON, Francis (1975). *Pele negra, Máscaras brancas*. 2 ed. Paisagem, Porto.
- GOMANE, Manuel C.P (2019). “Ética e filosofia ubuntu: da problemática da concepção ao debate epistemológico”. In *Revista Reflexões*, Fortaleza-CE, ano 8, nº 15 - julho a dezembro.
- Hooks, Bell (2021) *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. Tradução Stephanie Borges. São Paulo.
- MACINTYRE, Alasdair (2001). *Depois da virtude: um estudo em teoria moral*. 2 ed. EDUSC, São Paulo.
- MANDELA, Nelson (2012). *Um longo caminho para a liberdade/Autobiografia*. Tradução Victor Antunes, Editora Planeta Manuscrito. Lisboa.
- MBEMBE, Achille (2014). *Crítica da Razão Negra*. Editora Antígona Editores Refratários, Lisboa.
- METZ Thaddeus (2011). “Ubuntu as a moral theory and human rights in South Africa.” In: *African Human Rights Law Journal*, 11.pdf (scielo.org.za).
- MKABELA, Q (2005). *Using the Afrocentric Method in Researching Indigenous African Culture*. March, Sociology, The Qualitative Report: <https://www.semanticscholar.org/paper/Using-the-Afrocentric-Method-in-Researching-Mkabela/3d7bc268c6e4640dbdff6258a54e3a1d927cd0b>

- MUNANGA, Kabengele (2005). *Superando o racismo na escola*. 2 ed. Brasília/DF.MEC/Secad.
- MUDIMBE, V.Y (2019). *A invenção de África: Gnose, filosofia e ordem do conhecimento*. Ed. Vozes: Petrópolis.
- WA THIIIONG’O, Ngugi (2021). *Descolonização Mental*. Editora Filhos de África, S/L.NGOENHA, S. E;
- CASTIANO, José P (2011). *Pensamento engajado: ensaios sobre a filosofia africana, educação e cultura política*. Editora Educar, Maputo.
- NGOMANE, Mungi (2022). *Ubuntu todos os dias: Eu sou porque nós somos*. Tradução Sandra Martha Dolinsky. Editora BestSeller. Rio de Janeiro.
- PINHEIRO, Barbará Carine Soares (2023). *Como ser um educador antirracista [livro eletrônico]*. São Paulo: Planeta do Brasil.
- RAMOS, Maria Aparecida de S (2023). “A construção do racismo no Brasil e sua desconstrução: práticas pedagógicas congruentes com a Lei nº 10.639/03. In *Revista Diversidade e Educação*, v.11, n.1.
- RAMOSE, Mogobe B. (2009[1999]) “Globalização e o ubuntu”. In: Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses. *Epistemologias do Sul*. Edições Almedina, Coimbra/Portugal.
- RAMOSE, Mogobe B (2002). “The ethics of Ubuntu”. In: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). *The African Philosophy Reader*. New York: Routledge.
- SAVATER, F (1997). *El valor de educar*. Barcelona: Editora Ariel.
- TAMOSAUSKAS, Thiago. *FILOSOFIA AFRICANA: Pensadores Africanos de todos os tempos*. eBook Kindle, 2020.
- Jr, Jader Nicolau, junho 21, 2019 Acessado em: 05/04/2024 Cultura Bantu está nas raízes brasileiras - InstitutoInstituto (portalaфро.com.br)